

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO DE CONTRATO N.º **185/2023** QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS EM ADEQUAÇÃO À LEI 14.133/2021.

Contrato que entre si celebram a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, doravante denominada CONTRATANTE, e a **FUNDAÇÃO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - FEDAP**, doravante denominada CONTRATADA, que tem por objeto a contratação de empresa especializada visando a implantação de procedimentos em adequação à lei 14.133/2021, oriundo do Processo de Compras n.º 1320/2023.

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e vinte e três, nas dependências da **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, entidade de Direito Público Interno, com sede na Rua Miguel Prisco n.º 288, Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.522.967/0001-34, neste ato representada pelo Secretário de Finanças e Administração, Sr. Eduardo Monteiro Pacheco, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado o **FUNDAÇÃO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - FEDAP**, estabelecido na Rua Dom José de Alarcão, nº 55, Sala 85, Ipiranga, São Paulo - SP, CEP 04.208-040, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.952.231/0001-54, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Sidinei Alcântara, portador da cédula de identidade RG nº 21.320.935-4, inscrito no CPF nº 110.883.348-90, perante as testemunhas ao final nomeadas, assinarem o presente Termo de Contrato, declarando sujeitarem-se às normas legais vigentes e as cláusulas presentes neste contrato.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA se obriga a realizar implantação de procedimentos em adequação à lei 14.133/2021,

1.2. Na proposta da CONTRATADA, estão inseridas todas as condições da prestação do serviço, tais como fluxo de atividades, resultado, orçamento e cronograma, detalhando todas as datas previstas para a realização de todas as etapas necessárias a realização do projeto.

1.3. A execução dos serviços será atestada pela Secretaria de Finanças e Administração, que avaliará os serviços realizados através do gestor do contrato, aprovando-os.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. Pela prestação dos serviços técnicos especializados ora contratados, a CONTRATADA, receberá o valor total de **R\$ 234.000,00** (duzentos e trinta e quatro mil reais), conforme tabela abaixo:

Fase 1	R\$ 39.000,00
Fase 2	R\$ 39.000,00
Fase 3	R\$ 39.000,00
Fase 4	R\$ 39.000,00
Fase 5	R\$ 39.000,00
Fase 6	R\$ 39.000,00
TOTAL	R\$ 234.000,00

2.2. O valor proposto contempla todas as despesas e custos necessários à plena execução do serviço, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, despesas de pessoal, tributos, prêmios de seguro, taxas, inclusive de administração, emolumentos, transporte, quaisquer despesas operacionais, todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, enfim todos os componentes de custo dos serviços necessários à perfeita execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do presente Termo de Contrato é de 06 (seis) meses contados a partir da data da assinatura deste Termo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Serão incumbências da Contratada:

4.1. A prestação dos serviços objeto desta avença, será direta e sob exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

4.1.2 – Prazo de Execução:

Fases	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
Fase 1	X	X				
Fase 2		X	X	X		
Fase 3				X	X	
Fase 4						X

4.1.2.1 - FASE 1.

Análise e identificação técnica da rotina administrativa atual com conhecimento da situação prática do quadro de servidores públicos municipais e suas funções e a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR) na lei 14.133/2021, como forma de normatizar internamente a metodologia da construção dos Termos de Referência padrão para os objetos a serem adquiridos, mediante a atuação da equipe/agente de contratação, bem como proceder à revisão dos TR's eventualmente existentes e a respectiva adaptação.

4.1.2.2 - FASE 2.

Proceder ao ajuste ou criação dos sistemas de cadastros de fornecedores, promovendo-se o levantamento dos bens mais adquiridos e verificando-se as necessidades permanentes para organizar as aquisições e contratações, instituindo-se procedimentos a fim de centralizar os processos de contratação e catálogos padronizados de compras, serviços e obras, mediante a utilização de sistema informatizado que contemple o gerenciamento centralizado, verificando-se a implementação prévia das informações necessárias ao sistema de registro cadastral único a ser disponibilizado pelo Portal (PNCP).

4.1.2.3 FASE 3.

Proceder a criação de checklist para o acompanhamento dos processos de contratação direta, e, na inexigibilidade, instituir regras para aferição do objeto quanto à viabilidade ou não de competição, regulamentando-se os procedimentos mínimos necessários à implementação da Dispensa de Licitação por valor (art.75, I e II). Além disso, promover a criação ou aperfeiçoamento de procedimentos internos para realização dos pagamentos (controle de entrega de notas fiscais/faturas por meio de sistemas de protocolo, que contenham a data e hora de recebimento; ordem cronológica de pagamento, etc.).

4.1.2.4 FASE 4.

Apresentação de relatório final dos serviços realizados.

4.1.2.5 EXECUÇÃO.

A execução dos trabalhos ocorrerá mediante a realização de reuniões com os responsáveis da Prefeitura de Ribeirão Pires, suplementadas sempre que necessário por meios não presenciais, acionadas pelos profissionais da Prefeitura por telefone ou e-mail e ou quaisquer outros meios que a Administração dispuser, sempre precedidos de envio de documentos ou informações necessárias às análises e posterior retorno de soluções, obedecendo aos prazos estabelecidos no Termo de Referência, considerando, apresentação de relatórios ao final de cada uma das 04 (quatro) etapas dos trabalhos desenvolvidos, contemplando as peculiaridades encontradas e encaminhamentos para solução.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

4.1.2.6 - Desenvolver revisão e consolidação das disciplinas do regime jurídico único dos servidores públicos do município, para atualização e modernização do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, além da instituição de regimentos específicos, tudo alinhado às alterações constitucionais, às orientações dos órgãos de controle e às decisões do Poder Judiciário.

4.2. Serão incumbências contratuais da Prefeitura:

4.2.1. Ceder à empresa contratada cópia da legislação municipal que verse sobre o tema licitações.

4.2.2. Dar informações referentes as atribuições e normas a fim possibilitar a execução do trabalho.

4.2.3. Providenciar local de trabalho e facilidades, para as atividades que a empresa contratada necessite realizar nas dependências da Prefeitura, desde a sua contratação até a finalização do objeto deste certame licitatório;

4.2.4. Encaminhar documentos, legislação e demais informações à empresa contratada para avaliação e subsídio das atividades pertinentes ao objeto deste contrato.

4.2.5. Efetuar a guarda de todo o material referente ao processo, após a extinção do contrato realizado com a empresa contratada, para fins de consulta e demais propósitos legais;

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

5.1. DA CONTRATADA:

5.1.1. Responder por todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias ligadas direta ou indiretamente à execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei de Licitações e Contratos.

5.1.2. Providenciar afastamento imediato, das dependências da sede da CONTRATANTE, de qualquer empregado cuja permanência seja por ela considerada inconveniente;

5.1.3. Executar os trabalhos objeto do presente termo em estreita colaboração com a Prefeitura.

5.1.4. Designar um responsável que esteja apto a responder pela execução dos serviços bem como a representá-la junto a CONTRATANTE.

5.1.5. Fornecer materiais e mão-de-obra especializada para execução dos serviços objeto do presente instrumento;

5.1.6. Cumprir rigorosamente todas as disposições legais referentes à segurança do trabalho, fornecendo por sua conta todos os materiais necessários à segurança do pessoal que trabalhar na execução dos serviços;

5.1.7. O transporte, refeição, alojamento e demais benefícios constantes do acordo coletivo da categoria.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

5.2. DA CONTRATANTE:

5.2.1. Avaliar os serviços executados para sua aprovação ou reprovação;

5.2.2. Indicar funcionário da Prefeitura para representá-la e para fiscalizar a execução dos serviços.

5.2.3. Verificar e aprovar os serviços executados.

5.2.4. Providenciar a emissão das “ordens de início dos serviços”, bem como das demais ordens de serviços específicas, que à critério da Fiscalização, sejam necessárias para o controle e início de etapas dos serviços pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

6.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

6.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a CONTRATADA concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE.

6.1.2. Multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor total das inscrições arrecadadas, por atraso no início, prosseguimento ou conclusão dos serviços, até o 10º (décimo) dia corrido de atraso, após o que, aplicar-se-á a multa prevista no item 6.1.3 desta cláusula.

6.1.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total das inscrições arrecadadas, em caso de atraso superior a 10 (dez) e inferior a 30 (trinta) dias corridos do início, prosseguimento ou conclusão dos serviços, após o que, aplicar-se-á a multa prevista no item 6.1.4 desta cláusula.

6.1.4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total das inscrições arrecadadas no caso de inexecução total de seu objeto, o que ocorrerá na hipótese de atraso superior a 30 dias corridos do início, prosseguimento ou conclusão dos serviços.

6.1.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total das inscrições arrecadadas na hipótese de descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou de disposição legal pertinente ao seu objeto, podendo, ainda, neste caso, ser rescindido o contrato na forma prevista pelos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 atualizada.

6.1.6. Na hipótese de rescisão contratual, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á suspensão temporária do direito de licitar com a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como o impedimento de com ela contratar, por período não superior a 02 (dois) anos.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

6.1.7. Declaração de inidoneidade, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

6.1.8. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

6.1.9. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, não eximindo, portanto, a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato tenha acarretado.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. Independentemente das multas estabelecidas na Cláusula Sexta, a CONTRATANTE poderá considerar rescindido o presente Termo de Contrato de pleno direito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que por isso seja obrigada ao pagamento de indenização, multa ou ônus de qualquer natureza, se a CONTRATADA der causa a qualquer dos motivos previstos na Lei Federal 8.666/93 atualizada.

7.2. No caso de inexecução total ou parcial, ou ainda pela execução inadequada do objeto contratual, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

7.2.1. rescisão unilateral do contrato;

7.2.2. indenização por perdas e danos;

7.2.3. suspensão da execução.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O presente Termo de Contrato, devidamente autorizado pelo artigo 24, inciso XIII da Lei 8.666/93, reger-se-á segundo as disposições contidas na Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94, pelas suas cláusulas, e pela proposta da CONTRATADA inserta às fls. 64/66, do Processo de Compras n.º 1320/2023.

8.2. A CONTRATADA deve obedecer em seu trabalho, as determinações da Lei n.º 6514 de 22/12/77 que altera o Capítulo V Título II, regulamentado pela Portaria 3124 de Procedimentos Básicos, que trata da SEGURANÇA DO TRABALHO, aplicáveis à execução específica das tarefas, devendo transmitir aos funcionários claramente, as Normas de Segurança aplicáveis, dedicando especial consideração à execução de tarefas fora da rotina.

8.3. Todas as despesas com mão de obra, materiais, combustível, transportes e traslados, gratificações, seguro de pessoal e/ou geral, bem como qualquer despesa de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal ou tributária, e ainda outras, ligadas direta ou indiretamente à execução do Contrato, ficarão sob inteira responsabilidade da CONTRATADA.

8.4. É vedada a utilização de mão de obra infantil na execução dos serviços, considerando como tal, o uso de trabalhadores com idade inferior a 14 (quatorze) anos.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Para solução de quaisquer questões ou controvérsias relacionadas com o presente Termo de Contrato, fica desde já eleito o foro da comarca de Ribeirão Pires, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo de Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e para o mesmo fim, juntamente com as testemunhas ao final nomeadas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, 27 DE MARÇO DE 2023.

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

**FUNDAÇÃO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -
FEDAP**
Sidinei Alcântara

TESTEMUNHAS:

1) _____
RG:

2) _____
RG:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)

CONTRATANTE: Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CONTRATADO: FUNDAÇÃO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – FEDAP.

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 185/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada visando a implantação de procedimentos em adequação à lei 14.133/2021.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Ribeirão Pires, 27 de Março de 2023.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Luiz Gustavo Pinheiro Volpi

Cargo: Prefeito

CPF: 107.716.268-51

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Eduardo Monteiro Pacheco

Cargo: Secretário de Finanças e Administração

CPF: 267.450.128-63

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Eduardo Monteiro Pacheco

Cargo: Secretário de Finanças e Administração

CPF: 267.450.128-63

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: Sidinei Alcântara

Cargo: Representante Legal

CPF: 110.883.348-90

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Eduardo Monteiro Pacheco

Cargo: Secretário de Finanças e Administração

CPF: 267.450.128-63

Assinatura: _____